



**PRIMEIRO
MINISTRO**

**DISCURSO DE SUA EXCELÊNCIA
O PRIMEIRO-MINISTRO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE,
DR. RUI MARIA DE ARAÚJO,
POR OCASIÃO DA SESSÃO DE ENCERRAMENTO DO
3º CONGRESSO NACIONAL DA EDUCAÇÃO**

**“A Educação como pilar da consolidação da Identidade e do
Desenvolvimento da Nação”**

Díli
17 de maio de 2017

Excelências

Senhor Ministro de Estado, Coordenador dos Assuntos Sociais e Ministro da Educação

Senhor Vice-Ministro da Educação

Membros do Parlamento Nacional e colegas membros do Governo

Senhores ex-Titulares da pasta da Educação em Timor-Leste e ex-Ministro do Ensino Superior de Cabo Verde

Reverendíssimos Padres e Reverendíssimas Madres

Exmos. Senhores

Representantes do Corpo Diplomático e parceiros de desenvolvimento

Representantes das Confissões Religiosas e da Sociedade Civil

Magníficos Reitores das Universidades de Timor-Leste

Professores, pais, profissionais de educação e alunos

Oradores e moderadores

Senhoras e senhores,

É bom continuar a ver a casa cheia no final de um Congresso não partidário. Normalmente os congressos partidários congregam mais pessoas do que outros congressos. Mas isto apenas significa que somos todos partidários de políticas para a qualidade do ensino em Timor-Leste.

E pelo facto de termos ex-titulares do Ministério da Educação dos vários Governos, dos vários quadrantes políticos é um testemunho de que a educação é suprapartidária.

Começo por agradecer a todos, sem exceção, o trabalho que têm vindo a desenvolver ao longo destes dias do 3º Congresso Nacional da Educação que hoje termina. Mas quero também agradecer o trabalho que foi feito antes deste Congresso, começado há quase 1 ano atrás, e que serviu de base a estas discussões e trocas de ideias, culminando num conjunto de recomendações elencadas na Declaração Final do 3º Congresso Nacional da Educação, que acaba de ser lida em voz alta.

O trabalho desenvolvido pelos funcionários públicos da educação foi determinante e sem ele não teríamos o “Diagnóstico das 6 áreas-chave do setor educativo”, apresentado de forma clara e sucinta pelo Senhor Ministro de Estado, Coordenador dos Assuntos Sociais e Ministro da Educação no primeiro dia do Congresso.

E como sabem, um diagnóstico é muito importante. E um diagnóstico bem feito é ainda mais importante, diria mesmo até vital, como médico que sou. Aliás, na medicina, a primeira coisa que o médico faz é uma avaliação, ou uma análise crítica dos sintomas, do historial e dos resultados empíricos do exame físico e exames complementares, chegando a um diagnóstico e tentando também, na medida do possível, perceber o que é que está a provocar aquele problema de saúde para, no fim, apresentar uma proposta eficaz de terapêutica.

Ora, o diagnóstico clínico é a coisa mais importante a fazer no ciclo de atendimento a um utente, mas ao mesmo tempo, a coisa mais difícil de se fazer e nem sempre é isenta de

subjetivismos. *A leges artis*, ou a máxima das boas práticas, dita que sem um diagnóstico bem feito não há uma terapia eficaz.

De igual modo, num diagnóstico social como é o caso da Educação, sem identificação objetiva e realista do problema nunca se pode chegar a uma solução eficaz e, verdade seja dita, realismo e objetividade nem sempre fazem parte das virtudes dos processos de diagnósticos sociais.

A diferença, com as devidas ressalvas, entre um diagnóstico de um médico e um diagnóstico na área da Educação é que o da Saúde, na maioria dos casos tem de ser feito rapidamente, ao passo que o da Educação nem sempre é aconselhável fazê-lo ao estilo de emergência médica, devendo ser feito em tempo útil para a nossa sociedade, com a possibilidade de corrigir o que possa não estar a sortir os efeitos esperados para atingir aquela que é a nossa visão em relação à educação do nosso povo e à maximização do seu potencial.

E foi isto que os Grupos Técnicos, de forma responsável e inclusiva, tentaram fazer para a área da Educação. Para cada uma das seis áreas-chave foi feita uma avaliação das suas várias componentes, foram analisados os pontos fortes e feito um levantamento dos pontos fracos, reconhecendo os desafios que ainda subsistem depois de todos os progressos registados, e feitas recomendações no sentido de os corrigir.

Excelências
Senhoras e Senhores

Acolhemos as propostas feitas para as áreas do Currículo Nacional de Ensino; da gestão e formação de professores; da administração e inspeção escolar; das infraestruturas, equipamentos e recursos educativos; da gestão do Ensino Superior público e privado; e da participação dos pais, da comunidade, do setor privado e de outros parceiros.

Registámos as recomendações em relação ao uso das línguas oficiais enquanto veículo de comunicação, educação e transmissão de conhecimentos, e da criação de um Conselho Nacional da Educação ao qual esteja afeto uma Comissão Científica Especializada.

No que respeita ao desafio relacionado com a formação de professores, a vossa recomendação vai no sentido de estudar a possibilidade de expandir os CAFE, alinhar a formação inicial de professores com o Currículo Nacional, estabelecer uma política de gestão de formação contínua e levar a cabo um diagnóstico nacional que consiga auferir as necessidades de formação inicial e contínua de professores.

A administração e inspeção escolar poderia registar melhorias se existisse um programa padronizado de formação para estes profissionais e um padrão de Administração e Gestão Escolar para todos os níveis de ensino.

E seria, também, conveniente que se realizasse um diagnóstico sobre todas as infraestruturas escolares estabelecendo, ao mesmo tempo, um número mínimo de infraestruturas e equipamentos escolares, tais como bibliotecas, laboratórios e cantinas,

entre outros, e, não menos importante, a manutenção dessas infraestruturas para que possam apoiar as condições de aprendizagem dos nossos alunos.

Nas últimas áreas-chave, seria importante diversificar a oferta no Ensino Superior, dando prioridade ao nível de ensino Politécnico, por exemplo, e promover a participação das Associações de Pais, bem como as parcerias das escolas privadas e públicas com a Igreja Católica, que contribuem não só para a formação académica mas também para a formação moral dos nossos estudantes.

E estas são apenas algumas das mais de 35 recomendações que nos deixaram na Declaração Final.

Excelências
Senhoras e Senhores

A Educação, como disse aqui mesmo por ocasião da Sessão de Abertura, é uma prioridade nacional e de interesse comum, é, como às vezes se diz, “um valor mais alto”, para o qual as propostas emanadas deste Congresso poderão constituir um contributo para que sejam alcançadas as metas desta 2ª fase de implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030 e também o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 – Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Um pilar da Nação, como o é este da Educação, não se solidifica de um dia para o outro e como disse o nosso irmão mais velho, Dr. José Ramos-Horta, também no primeiro dia deste evento, “a Educação é sempre dos setores mais problemáticos, quer em países em desenvolvimento como também em países consolidados.”

Para já, este Congresso cumpriu o seu propósito, e através de uma discussão saudável dos seus debates temáticos em torno daquilo que é o interesse nacional, fez uma proposta de terapêutica.

Assim, o Governo, através do Ministério da Educação, tudo fará para disseminar a nível nacional a Declaração Final do 3º Congresso Nacional da Educação até ao final do seu mandato, comprometendo-se também a informar devidamente o próximo Executivo sobre a importância destas recomendações.

Em jeito de despedida, reitero as minhas felicitações à Comissão Organizadora, e a todos os que fizeram parte dos grupos técnicos, pela forma profissional e responsável com que conduziram os trabalhos.

Agradeço também aos nossos países irmãos da CPLP, sobretudo a Portugal e ao Brasil, pelo constante apoio, e ainda a Cuba, à Coreia do Sul, à Austrália e Nova Zelândia, aos Estados Unidos da América, ao Japão e outros parceiros de desenvolvimento neste setor, como a UNICEF, a UNESCO, o Banco Asiático de Desenvolvimento e o Banco Mundial, fazendo votos para que a Educação em Timor-Leste possa continuar a contar com o vosso apoio.

Quero, também, aproveitar esta ocasião para felicitar todo o Povo Timorense e, em especial, todos os professores, profissionais de educação, estudantes, pais e encarregados de educação, pela celebração do 15º aniversário da Restauração da nossa Independência.

Fizemos juntos uma caminhada de 15 anos cheios de sucessos mas também de desafios, e esperamos continuar juntos e perseverantes, nesta contínua caminhada rumo a um Timor-Leste próspero, com Timorenses cultos, confiáveis, produtivos e úteis à família, à comunidade e à Pátria.

E com isto, antes de declarar encerrado este Congresso, reitero o mote do VI Governo Constitucional, acrescentando uma parte que já foi mencionada aqui: “Um por todos e todos por um... Falhar não é uma opção!”.

E com este mote, declaro encerrado o 3º Congresso Nacional da Educação da República Democrática de Timor-Leste.

Bem hajam.

17 de maio de 2017

Dr. Rui Maria de Araújo